



MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2015 vem se firmando como pior do que o “*worst case scenario*” de qualquer exercício de projeções feito em 2014. Os eventos cada vez mais surpreendentes e frequentes no campo político e seus inimagináveis desdobramentos para o Mercado de Capitais vêm tornando quase impossível desenvolver perspectivas bem fundamentadas para 2016. Em 2015, vimos o número de investidores pessoa física cair, atingindo 557,8 mil (out/2015), praticamente o mesmo número de 2009; verificamos apenas um IPO, enquanto sete empresas já fecharam o capital até outubro e outras sete apresentaram à CVM seus pedidos para fechamento de capital.

Os negócios encolheram. O volume médio diário transacionado na Bovespa, ficou no menor patamar desde 2011. Na BM&F, as operações médias diárias com derivativos cresceram, mas concentradas no câmbio. O Ibovespa oscilou na faixa de 45 mil pontos, e bem distante do recorde de 69 mil em 2010.

As perspectivas para o segmento de intermediação são intimamente associadas às expectativas com relação ao Mercado de Capitais. Portanto, se não tivermos mudanças no front político, fiscal e macroeconômico, 2016 será ainda mais desafiador do que 2015, exigindo da **Ancord** uma atuação mais objetiva e efetiva na defesa dos interesses do nosso setor.

Outro ponto importante a ser considerado é a possível fusão entre a CETIP e BM&FBOVESPA, que também deverá influenciar sensivelmente nossa indústria.

Em 2015, dentro das nossas limitações, a **Ancord** procurou ser mais ativa na defesa dos interesses do segmento de intermediação, mas ainda com resultados pouco relevantes. O contexto macroeconômico e fiscal único do momento tem sido mais um obstáculo na luta por mudanças benéficas para o setor. Entre as iniciativas realizadas neste ano, destaco:

- Busca da modernização do sistema de distribuição e também do agente de capilaridade (AAI) em uma tentativa de aperfeiçoamento do modelo PN/PNP ou modelo análogo, que resulte em uma estrutura de custos e comprometimento de capital mais eficiente para manter o acesso à BM&FBOVESPA;

- Iniciativas objetivas visando a otimização e o aperfeiçoamento do ambiente regulatório bem como da autorregulação e supervisões, buscando o equilíbrio entre as restrições impostas pela

regulação/supervisão e a viabilidade econômica do participante;

- Apresentação de pleito para a exclusão de corretoras e distribuidoras na elevação da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, de 15% para 20% junto ao Ministério da Fazenda.

Em 2016, a **Ancord** deve aumentar os esforços para uma maior e mais frequente interlocução com os diversos órgãos do governo como Bacen e CVM, com a BM&FBOVESPA e também com outras associações de mercado, dando continuidade ao que foi desenvolvido em 2015. Os desafios são grandes, como segue:

- Busca de uma solução para reduzir o custo da Taxa de Fiscalização cobrada pela CVM dos Agentes Autônomos de Investimentos;

- Aprimoramento da Política de Benefícios aos Associados, permitindo que eles adquiram produtos e serviços de fornecedores, com condições especiais previamente discutidas e apresentadas à **Ancord**;

- Lançamento do Plano de Benefícios **Ancord** voltado para Agentes Autônomos de Investimento;

- Identificação de uma forma para atingirmos o equilíbrio econômico financeiro da atividade de autorregulação dos Agentes Autônomos de Investimento, hoje totalmente suportada pela **Ancord** e responsável pelo seu déficit;

- Lançamento do novo sistema para certificação dos Agentes Autônomos de Investimento em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, envolvendo uma série de aprimoramentos e facilidades, permitindo que o candidato realize exames em mais de 150 locais em todo o Brasil;

- Investimento na realização de estudos e pesquisas que visam o desenvolvimento do mercado e suporte para nossos pleitos para o fortalecimento do setor de intermediação;

- Consolidação da representatividade da **Ancord** junto às corretoras, às distribuidoras e aos Agentes Autônomos de Investimento.

Em 2016, um ano repleto de desafios, é importante o debate e um alinhamento de objetivos, e contamos com a participação de todos os associados, na certeza de que suas contribuições fortalecerão nossas ações em prol dos Mercados Financeiro e de Capitais, e envio a todos nossos votos de um Ano Novo Próspero, de bons negócios, com muita energia, saúde e paz!

Caio Weil Villares
Presidente

CORRETORAS CRIAM EMPRESA PARA CENTRALIZAR INFRAESTRUTURA E BARATEAR CUSTOS

Espremidas pela retração do Mercado de Capitais, que afasta os investidores da Bolsa, e pelas exigências de maiores controles e padrões de qualidade, um grupo de corretoras está criando uma empresa de prestação de serviços que cuidará da parte de infraestrutura dos negócios, reduzindo os custos. Segundo informações do mercado, estariam envolvidas no projeto as corretoras Concórdia, Planner, entre outras.

Conforme Caio Weil Villares, presidente da *Ancord*, as instituições serão sócias da empresa, que terá gestão independente, para evitar conflitos de interesse. “Ao montar a empresa e comparar os diversos procedimentos das diferentes corretoras, acabamos por padronizar algumas operações e melhorar sua execução”.

“Esperamos até o fim do primeiro semestre de 2016 estarmos com o projeto funcionando normalmente para todas

as corretoras envolvidas, e prontos para oferecer serviços para outras também”, afirma.

A decisão é um reflexo do insucesso do projeto da BM&FBOVESPA, que criou uma estrutura de corretoras PNP (participante de negociação pleno) e PN (participante de negociação) apenas prestadoras de serviços. O projeto não evoluiu porque as exigências e responsabilidades para as corretoras plenas, que ficariam responsáveis por processar as operações na Bolsa e cuidar de toda a infraestrutura, não compensava os ganhos, reduzidos também pelo baixo número de potenciais usuárias, que reduzia a escala. Além disso, as prestadoras de serviços acabavam tendo limitações. “Mesmo a possibilidade de liberar as garantias dadas à Bolsa não compensava, pois, o fato de fazer a compensação das operações, acabava dificultando outras oportunidades de negócios”.

BOLSA, PROGRAMA PARA RESTAURAR CONFIANÇA DO INVESTIDOR NAS ESTATAIS

A BM&FBOVESPA apresentou, o “Programa Destaque em Governança de Estatais” para incentivar essas empresas a aprimorarem suas práticas e estruturas de governança corporativa, com o objetivo de restaurar a confiança dos investidores.

Junto às instituições e profissionais do mercado, a Bolsa desenvolveu 25 medidas, que valem pontos, divididas em quatro grandes linhas de ações: Transparência (Divulgação de Informações); Controles Internos; Composição da Administração; e Compromisso do Controlador Público.

A companhia que voluntariamente aderir à iniciativa e adotar todas as medidas será certificada pela BM&FBOVESPA como Categoria 1. Já na Categoria 2, estará a estatal que, além de cumprir seis medidas obrigatórias, obterá 27 pontos dos 37 disponíveis em relação às medidas opcionais.

O Programa Destaque em Governança de Estatais, elaborado pela equipe de Regulação da Bolsa, foi criado com o objetivo de incentivar as empresas estatais a aprimorar suas práticas e estruturas de governança, incluindo a prestação de informações, contribuindo para a restauração da confiança dos investidores e a redução do custo de captação dessas companhias. O Programa é voltado para empresas estatais ou em processo de abertura de capital.

A Bolsa fará dois tipos de acompanhamento: periódico (no mínimo anual) e eventual, ao tomar conhecimento de informações que possam resultar em elevação ou rebaixamento de categoria, colocando a certificação em revisão até que seja possível confirmar a efetividade da adoção das medidas do Programa.

SUPERBOLSA NO PAÍS INQUIETA CORRETORAS

Os bancos de menor porte e as corretoras temem ficar com parte da conta de uma possível junção de negócios entre a BM&FBOVESPA e a CETIP. Com menos poder de barganha do que os grandes bancos, essas instituições devem ficar ainda mais expostas a possíveis aumentos de preços dos serviços que venham a ser implementados por uma única empresa responsável pelos negócios com ações, derivativos e produtos de renda fixa no mercado brasileiro.

Existe um consenso de que o fato dificulta ainda mais a entrada de concorrentes nos segmentos de atuação das companhias, além de evitar a possibilidade de uma empresa entrar no negócio da outra. Sem competição, a “superbolsa” teria ainda mais força para impor sua política de preços ao mercado.

Segundo Caio Weil Villares, presidente da *Ancord*, a associação não é

contra a fusão, mas vê o projeto com reservas, não só pela questão de preços. A Bolsa já possui um poder considerável de repassar custos e ajustar suas receitas de acordo com o cenário, afirma. “As corretoras são o elo mais fraco do Mercado de Capitais”. Defende que a união das empresas deveria vir acompanhada de contrapartidas do lado do desenvolvimento de mercado. “Parte dos ganhos de sinergias da fusão poderia ser destinado a esse propósito”.

Para vencer a resistência, a Bolsa deve propor uma “divisão” de parte dos ganhos de sinergia que terá com a operação, oferecendo descontos conforme o volume negociado ou registrado pelas instituições, segundo uma fonte com conhecimento tanto da BM&F como da Cetip. “Seria natural, nesse caso, que a bolsa buscasse compensar essa receita com outros clientes, como bancos menores e corretoras”, diz o executivo.

CVM QUER AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA MUDANÇAS NAS PREFERENCIAIS

O colegiado da CVM – Comissão de Valores Mobiliários vetou uma proposta apresentada pela BM&FBOVESPA para alterar regra, dos segmentos diferenciados de governança, relacionada ao percentual de ações das companhias em circulação no mercado (“*free float*”) para abrigar casos de empresas que possuam as chamadas ações “super preferenciais”, ou seja, em que uma ação não corresponda a um voto. A recomendação da autarquia foi de que a Bolsa leve a discussão sobre as mudanças pretendidas à audiência pública.

Hoje, as companhias listadas no Novo Mercado, Nível 1 ou Nível 2 precisam manter “*free float*” de 25% no mínimo. A BM&FBOVESPA pretendia alterar as regras para 25% de total do capital so-

cial ou de 50% do total das ações preferenciais, exclusivamente na hipótese de companhia sujeita a restrições legais ou regulatórias, devidamente comprovadas, que limitem significativamente a negociação de ações ordinárias.

A Amec – Associação de Investidores no Mercado de Capitais participou da discussão e reafirmou sua posição contrária à criação de ações super preferenciais “no mercado brasileiro, principalmente pela possibilidade quase ilimitada de alavancagem do controlador”. Afirmou à CVM que não via como uma boa prática alterar os regulamentos para “acomodar uma situação particular de uma companhia aberta sem consultar o mercado”. E sugeriu a audiência pública.

CORRETORAS BUSCAM ESCALA PARA MANTER LUCRATIVIDADE

As corretoras de valores independentes – não vinculadas a grandes bancos – que atuam na BM&FBOVESPA tiveram mais um ano difícil em 2015. O encolhimento do Mercado de Ações, a contração da economia, a instabilidade política e o cenário de incertezas no Exterior, fizeram as receitas caírem e os prejuízos aumentarem.

Este será o sexto ano consecutivo de resultados fracos para o segmento de corretagem, refletindo o comportamento apático da Bolsa. A última vez que o setor registrou ganhos significativos foi em 2009, quando o Ibovespa subiu 82,6%. “O estrangeiro tem olhado menos para o Brasil. Além disso, a Bolsa é diretamente proporcional ao PIB. Se o País encolhe, as ações das empresas sentem”, afirma o presidente da corretora **Magliano**, Raymundo Magliano Neto.

Como o cenário segue adverso para 2016, executivos de corretoras acreditam que o processo de consolidação do setor tende a se acelerar. Agora, ganhar escala tornou-se estratégia de sobrevivência.

Muitas corretoras quitaram no começo do ano as autuações efetuadas pela Receita Federal decorrente da fusão entre BM&F e Bovespa em 2008, utilizando o Programa de Recuperação Fiscal (Refis). Por causa desse evento não recorrente, algumas casas apuraram resultados negativos. A **Coinvalores** também optou por pagar o Refis à vista e desembolsou R\$ 16 milhões, o que fez o prejuízo alcançar R\$ 16,6 milhões no primeiro semestre/2015, diz o diretor Paulino Botelho de Abreu Sampaio, que ressaltou que a despesa com o Refis é um evento não recorrente.

“Essa diferença entre os resultados (de corretoras novas e antigas) precisa ficar clara. É algo pontual.”

“Houve uma migração dos clientes da renda variável para a renda fixa. Acontece que a rentabilidade para a corretora na renda fixa é um quinto da corretagem da renda variável. Ou seja, para continuar com a mesma receita, teria que aumentar o volume negociado em cinco vezes”, afirma Magliano Neto.

Diante de um cenário tão desfavorável para a renda variável, algumas corretoras conseguiram melhorar os resultados ao reduzir sua dependência da Bovespa e apostar em outros ativos, especialmente de Renda Fixa. “Nos momentos difíceis, as pessoas tendem a evitar riscos e preservar o patrimônio”, diz o sócio da **Guide Investimentos**, Jean Sigrist. “Atingimos nosso *break even* em agosto. As aquisições que fizemos, como a SLW, começarão a produzir resultados em 2016.”

“Papéis do Tesouro pagando inflação mais 7% a.a. são uma oportunidade única”, observa o Norberto Giangrande Júnior sócio da **Rico**. “Ganhamos tamanho após a fusão com a **CGD** – Caixa Geral de Depósitos, e investimos em atendimento e em uma nova plataforma para oferecer o produto adequado para cada cliente”, conta. O lucro da corretora somou R\$ 6,1 milhões de janeiro a junho, revertendo o prejuízo de R\$ 2,2 milhões do 1º semestre de 2014.

Entre as corretoras mais novas – que surgiram após a fusão de BM&F e Bovespa e, portanto, não carregavam passivo tributário –, muitas apresentaram lucro no semestre, graças aos ganhos de escala e à aposta na renda fixa.



O MERCADO dos FUNDOS de PENSÃO CRESCER E PREOCUPA

Hoje existem no Brasil 312 Fundos de Pensão, que são entidades de previdência complementar fechadas. Além dos fundos patrocinados por empresas, existe a modalidade de previdência complementar associativa. Os trabalhadores são agrupados de acordo com a classe profissional. O patrimônio atual dos Fundos de Pensão é de R\$ 737,6 bilhões, com investimentos nos Mercados Financeiro e de Capitais.

Segundo dados do Ministério da Previdência Social, de junho/2015, são 3.190 as empresas que investem recursos nos Fundos para complementar a aposentadoria de seus funcionários. Os Fundos de Pensão administram 1.102 planos de benefício, sendo que uma mesma entidade abrange um ou mais planos de aposentadoria. O tamanho da população

assistida pelos Fundos é de 7,126 milhões de beneficiários. Desse total, 2,524 milhões são participantes que ainda estão no mercado de trabalho, e o valor médio dos benefícios pagos pelos fundos é de R\$ 3.911,00.

A grande preocupação é que atualmente, existem mais de 40 fundos de pensão com déficit atuarial. Ou seja, se precisassem pagar todos os benefícios, encontrariam um buraco R\$ 46 bilhões. O governo quer mudar a regra atual que determina que os Fundos encontrem uma solução para resolver o desequilíbrio caso registrem três anos consecutivos de déficit. Quando estão nessa situação, os fundos são obrigados a: 1) aumentar contribuições dos participantes ou reduzir benefícios; 2) As empresas patrocinadoras são chamadas a fazer aportes nas entidades.

ETFs – FUNDOS INDEXADOS A ÍNDICES DE AÇÕES AVANÇAM 16%

O volume financeiro dos *ETFs – Exchange Traded Funds* negociados na BM&FBOVESPA avançou 16,2% até o final de outubro para R\$ 29,126 bilhões, na comparação com os R\$ 25,1 bilhões negociados em igual período de 2014. E número de investidores retomou crescimento nos últimos três meses.

Na avaliação de representantes do mercado, essa evolução se deve a busca de diversificação num cenário macroeconômico adverso e de volatilidade como o atual. “A principal vantagem do ETF é a diversificação a custo bem menor que o praticado por fundos de ações passivos ofertados por bancos de varejo”, diz o presidente da *Ancord*, Caio Weil Villares. É vantajoso para o investidor pessoa física que não tem condições de montar uma carteira com diferentes papéis.

Na visão de Villares, o mercado de ETFs poderia ser maior no Brasil e possui um grande potencial. “Nos EUA representa mais de 30% do volume negociado em

Bolsa de Valores, e responde por cerca de 10% do patrimônio da indústria de fundos norte-americana”. No Brasil, o patrimônio líquido em ETFs alcançou o montante de R\$ 3,384 bilhões ao final de outubro/2015, um crescimento de 8,5% na comparação com dezembro, ou 11% do patrimônio-total da indústria de fundos local.

A expectativa é que o segmento venha a lançar novos produtos aos investidores como o esperado ETF de renda fixa e também futuros ETFs da família de índices Smart Beta da S&P Dow Jones Índices. Os ETFs de índices de ações estrangeiras (BDRs) são promissores.

Em novembro, a BM&FBOVESPA e a S&P Dow Jones Índices realizaram o 1º Encontro Anual sobre Índices e ETFs no Brasil, que reuniu os principais gestores que atuam no segmento como BB DTVM, Black Rock, Bradesco Asset Management, BTG Pactual Asset Management, Itaú Asset Management e XP Gestão de Recursos.

CERTIFICAÇÃO “ON LINE” EM TODO O PAÍS

Duas novidades importantes modernizarão, a partir de janeiro de 2016, os exames de certificação para Agente Autônomo de Investimento e Empregados das Instituições Financeiras com Atividades de Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários, realizados pela *Ancord*.

1ª) Os exames serão aplicados pela FGV – Fundação Getúlio Vargas; e 2ª) a prova passará a ser realizada pelo sistema eletrônico – *on-line* – em todo território nacional, de acordo com as disponibilidades de locais homologados pela FGV – em aproximadamente

150 Centros de Testes. Dessa forma os candidatos poderão escolher além do local, o dia e o horário mais adequados para o agendamento.

O conteúdo programático e os critérios de aprovação exigidos pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários não foram alterados, sendo que o Manual de Candidatura e o Regulamento do Exame estão disponíveis no site: www.ancord.org.br.

A entidade informa que dúvidas ou mais informações poderão ser esclarecidas pelo e-mail exameaai@ancord.org.br ou pelo telefone (11)3111-6322.

CÂMBIO – REVER PAPEL DAS CORRETORAS

No atual cenário em que corretoras de câmbio são liquidadas extrajudicialmente pelo Banco Central por incorrerem em infrações ao Sistema Financeiro, torna-se visível e latente a discussão do efetivo papel das instituições financeiras em especial as Sociedades Corretoras de Câmbio em detrimento de suas atribuições, competências e responsabilidades.

“As concessões talvez devam ser revistas para reorganizar as instituições no mercado. É tempo para reflexões e ajustes imprescindíveis, afirma Sidnei Noura Nehme, diretor da NGO Corretora. Simplificando: as corretoras de câmbio devem voltar ao seu papel de intermediação das transações; e, para abrir compras e vendas de moeda deveriam habilitar-se como Bancos de Câmbio, e o Banco Central incentivar a criação ou transformação em bancos de câmbio pelas corretoras. “Inclusive um caminho seria várias corretoras se unirem na criação de um banco de câmbio para atuação desse porte”.

Analisar a importância desta discussão não é assunto novo nas pautas destacadas pelo diretor da NGO. Já no ano passado, afirmava que “Bancos e sociedades corretoras de câmbio não deveriam ser concorrentes entre si, cada um tem seu espaço definido. Bancos, se assim desejarem, podem ter sociedades corretoras de câmbio e as Corretoras se desejarem ser bancos podem se transformar em Bancos de Câmbio,

aliás uma oportuna ideia do Banco Central do Brasil, que ele mesmo acabou por não incentivar ao permitir atalhos às Sociedades Corretoras de Câmbio, as fazendo “quase bancos”, na medida em que permitiu que operem “câmbio sacado”.

Esta nova configuração exige que o agente intermediador das transações cambiais seja efetivo “*expert*” na matéria, assumindo o papel de assessor, consultor e parceiro de seus clientes. O desenvolvimento de produtos, a estruturação de operações, a busca de alternativas e melhores oportunidades, a capacidade de geração de informações técnicas e opinativas bem fundamentadas, tanto financeiras quanto normativas, são alguns dos novos papéis que precisam ser assumidos.

Vale dizer, até para atender situações que envolvem riscos operacionais agravados e adequações as exigências da Basileia, Fatca, Coaf, estas ficariam mais bem acomodadas com a transformação destas Sociedades Corretoras de Câmbio em Bancos de Câmbio, tipo de instituição que precisa ter maior apoio e incentivo por parte da autoridade monetária. Em suma, ainda é tempo de resgatarem seu efetivo papel no mercado de câmbio com a percepção de que precisam ter foco na sua atividade de base, e, se quiserem fazer mais na direção do “quase banco” entenderem que é melhor transformarem-se em Bancos de Câmbio.

CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL AGENTES AUTÔNOMOS DE INVESTIMENTO BALANÇO DOS RESULTADOS DOS EXAMES

PERÍODO: 2002 – 2015

A participação de profissionais ao longo de treze anos, nos principais centros urbanos.

Cidade	Total 2002	Total 2003	Total 2004	Total 2005	Total 2006	Total 2007	Total 2008	Total 2009	Total 2010	Total 2011	Total 2012	Total 2013	Total 2014	Total 2015	Total Geral
São Paulo	1.613	1.051	969	874	1.018	1.977	2.782	2.227	2.778	2.369	1.484	1.109	727	960	21.938
Rio de Janeiro	382	281	227	294	347	490	702	524	646	528	451	309	195	214	5.590
Porto Alegre	82	58	103	117	186	472	769	668	704	372	276	157	105	100	4.169
Curitiba	62	80	76	81	104	194	352	335	322	164	161	81	40	111	2.163
Belo Horizonte	37	41	58	93	79	149	199	213	257	158	100	75	43	96	1.598
Belém	—	—	—	—	38	2	40	6	—	—	5	—	—	—	91
Brasília	17	25	20	8	12	56	91	64	156	22	32	36	28	35	602
Recife	11	3	8	2	9	34	45	21	72	33	20	11	15	—	284
Fortaleza	9	2	6	—	7	32	38	19	55	20	38	11	15	—	252
Florianópolis	—	6	—	—	—	—	—	—	40	37	49	12	15	16	175
Salvador	—	5	7	—	4	19	75	46	42	62	17	9	13	10	309
Goiânia	—	—	—	8	6	—	—	79	79	48	83	12	15	13	343
Vitória	—	—	—	—	—	—	—	—	21	—	13	—	10	—	44
Campo Grande	—	—	—	—	—	—	—	—	—	10	—	—	—	—	10
João Pessoa	—	—	—	—	—	—	—	—	—	51	16	14	—	—	81
Manaus	—	—	—	—	—	—	—	—	—	6	—	—	—	—	6
Joinville	—	—	—	—	—	—	—	—	—	23	—	9	—	—	32
Londrina	—	—	—	—	—	—	—	—	—	28	—	5	—	—	33
Natal	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	9	—	10	19
São Luis	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	10	10
Total Inscritos	2.213	1.552	1.474	1.477	1.810	3.425	5.093	4.202	5.172	3.931	2.745	1.859	1.221	1.575	37.749
Total Presentes	2.066	1.496	1.408	1.394	1.717	3.169	4.642	3.906	4.766	3.530	2.462	1.709	1.163	1.465	34.893
Habilitados	868	767	716	628	849	1.499	1.999	1.735	1.947	1.510	905	667	379	521	14.990
Percentual – %	42,0	51,3	50,8	45,1	49,4	47,3	43,1	44,4	40,8	42,8	36,8	39,0	32,6	35,56	42,96

RESULTADOS DOS EXAMES DE CERTIFICAÇÃO AGENTES AUTÔNOMOS DE INVESTIMENTO EM 2015

Inscrições por Cidade	1º Exame on-line 14/03 à 21/03/15	40º Exame 12/04/2015	2º Exame on-line 13/06 à 20/06/15	41º Exame 02/08/2015	3º Exame on-line 12/09 à 19/09/15	42º Exame 15/11/2015	4º Exame on-line 21/11 à 28/11/15	Total 2015
São Paulo (*)	244	—	246	—	256	—	214	960
Rio de Janeiro	—	70	—	84	—	60	—	214
Porto Alegre	—	36	—	34	—	30	—	100
Curitiba	—	40	—	41	—	30	—	111
Belo Horizonte	—	25	—	28	—	43	—	96
Belém	—	—	—	—	—	—	—	—
Brasília	—	20	—	—	—	15	—	35
Recife	—	—	—	—	—	—	—	—
Fortaleza	—	—	—	—	—	—	—	—
Florianópolis	—	—	—	16	—	—	—	16
Salvador	—	10	—	—	—	—	—	10
Goiânia	—	—	—	13	—	—	—	13
Vitória	—	—	—	—	—	—	—	—
Campo Grande	—	—	—	—	—	—	—	—
João Pessoa	—	—	—	—	—	—	—	—
Manaus	—	—	—	—	—	—	—	—
Joinville	—	—	—	—	—	—	—	—
Londrina	—	—	—	—	—	—	—	—
Natal	—	—	—	10	—	—	—	10
São Luis	—	—	—	10	—	—	—	10
Total Inscritos	244	201	246	236	256	178	214	1.575
Total Presentes	227	186	230	222	243	169	188	1.465
Habilitados	85	34	75	123	80	56	68	521
Percentual – %	37,44	18,28	32,61	55,41	32,92	33,14	36,17	35,56

(*) Vagas disponibilizadas por exame – 420 (quatrocentos e vinte)

FUNDOS DE INVESTIMENTO: IIFA REVELA CRESCIMENTO MUNDIAL

Segundo dados do *IIFA – International Investment Funds Association*, o Brasil é o país com o maior número de Fundos de Investimento do mundo.

São 14.477 carteiras, 30% mais do que nos EUA (10.934 carteiras) –, que é o maior em valor sob gestão, com US\$ 20 trilhões. Ganha também de Luxemburgo, país devotado à função de prateleira internacional de fundos, sede de 14.015 carteiras e 2º maior em patrimônio, US\$ 3,95 trilhões.

Da lista das 500 maiores gestoras de recursos do mundo em 2014, compilada anualmente pela consultoria **Towers Watson**, inte-

gram o grupo: Banco do Brasil, Itaú, Bradesco, Caixa Econômica Federal, BTG Pactual, Safra, Votorantim e Pátria Investimentos.

Na escala global, das cinco maiores gestoras, a BlackRock ocupa o primeiro lugar da lista há cinco anos e, juntamente com *Vanguard*, *State Street Global*, *Allianz Group* e *Fidelity Investments*, soma US\$ 14,41 trilhões. Para se ter ideia, as oito instituições brasileiras que integram a lista têm sob gestão US\$ 680 bilhões. Dentre as 20 maiores casas, nove são independentes, oito são ligadas a bancos e, as três restantes, a seguradoras.

AGENTES AUTÔNOMOS DE INVESTIMENTO – PESSOAS-FÍSICAS

■ Charles Meyer Suskind

Rua Hungria, 720 – apto. 22 – São Paulo, SP – CEP 01455-000,
Telefone: (11) 3938-1487 – Cel. (11) 99946-1487
E-mail: charlessuskind@gmail.com

■ Leonardo Governo Favieri

Rua Av. José Galante, 290 – apto. 23 – São Paulo, SP – CEP 05642-000
Telefone: (11) 3047-1047 – Cel. (11) 98217-6717
E-mail: leonardo@cigainvest.com.br
Instituição Financeira vinculada: Agora CTVM.

■ Marco Antonio Lazarini

Rua Travessa Augusto de Almeida, 44 – sala 218 – Três Rios, RJ – CEP 25804-130
Telefone: (24) 2251-5781 - Cel. (24) 8808-0517
E-mail: marcoalazarini@yahoo.com.br
Instituição Financeira vinculada: Walpires CCTVM.